



Rui Pinto foi preso em Budapeste em janeiro
FOTO: RODRIGO ANTUNES/LUSA

Quando Rui Pinto foi extraditado para Portugal alguém, fazendo-se passar pela ministra da Justiça, apelou ao Supremo para que o jovem tivesse uma medida de coação leve

MP investiga e-mail forjado de Van Dunem

MIGUEL PRADO

A 22 de março deste ano, poucas horas depois de Rui Pinto chegar a território nacional, extraditado de Budapeste, a caixa de correio do Supremo Tribunal de Justiça recebia um e-mail assinado pela ministra da Justiça, Francisca Van Dunem, com sinal de importância alta, e um pedido de "um favor pessoal com a máxima descrição" [sic]. O e-mail pedia "a medida de coação mais leve, de preferência com pena suspensa, de modo a evitar que se venham a revelar publicamente outros assuntos mais sérios que ponha [sic] em causa o Estado português".

Quase tudo nesta correspondência era estranho. Como a hora de envio (5h49), o destinatário e o tom da mensagem: "Ora viva dr. António Silva Henriques Gaspar." Na verdade António Gaspar tinha abandonado a presidência do STJ no final de 2018. Em março de 2019 era já António Piçarra o presidente. A mensagem terminava da seguinte forma: "Conto com o seu apoio e agradeço máxima descrição [sic] sobre este assunto, não comente esta conversa com ninguém nem mesmo comigo."

O e-mail era forjado. E chegou à Polícia Judiciária, que verificou a origem do servidor de onde a mensagem foi enviada, associado ao domínio "000webhost.com", tendo sido elaborada de forma a forjar a sua origem, apresentando como remetente um endereço alegadamente do Ministério da Justiça (*gmj@mj.gov.pt*). A informação foi enviada em abril pelo inspetor José Amador à procuradora Patrícia Barão, responsável pelo processo de Rui Pinto. E nessa informação pode ler-se que "os factos encontram-se a ser investigados em processo autónomo", para apurar a autoria do e-mail.

Contactado pelo Expresso, o gabinete da ministra da Justiça esclareceu que o endereço em causa "não se encontra associado a nenhuma conta do Ministério da Justiça". Na verdade, aquele endereço já existiu há vários anos, mas terá sido desativado há já algum tempo. "Há uma investigação criminal em curso sobre este assun-

to, razão pela qual não nos podemos pronunciar, para já. A verificação da segurança é constante", acrescenta a assessora de imprensa de Francisca Van Dunem.

O Expresso questionou ainda a Procuradoria-Geral da República para saber se a autoria do e-mail já foi apurada, mas não foi possível obter resposta em tempo útil.

O apelo a uma medida de coação leve para Rui Pinto é uma das várias ramificações da investigação que o Ministério Público iniciou em 2015 em torno do jovem português que criou o projeto Football Leaks, despejando em vários blogues, entre 2015 e 2016, dezenas de documentos e contratos da indústria do futebol. A investigação principal a Rui Pinto teve já, em setembro, um despacho de acusação: Rui Pinto é acusado de um total de 147 crimes, dos quais 75 de acesso ilegítimo, 70 de violação de correspondência, um de extorsão na forma tentada (à empresa Doyen) e outro de sabotagem informática (ao Sporting).

Mas além desta acusação, Rui Pinto poderá enfrentar outros processos judiciais. A sociedade de advogados PLMJ, uma das entidades alegadamente atacadas por Rui Pinto, também avançou com uma queixa autónoma pela partilha de extensa documentação sua no blogue "Mercado de Benfca", que apenas cessou em janeiro deste ano, depois de Rui Pinto ter sido detido em Budapeste.

Rui Pinto, que este domingo, 20 de outubro, faz 31 anos, está há mais de seis meses em prisão preventiva. Apesar de vários apelos dos seus advogados para alterar a medida de coação, a Justiça tem sempre deci-

dido que Rui Pinto deve permanecer detido, acolhendo os argumentos da procuradora Patrícia Barão de que há perigo de perturbação do inquérito e também perigo de fuga.

Rui Pinto pede instrução

A advogada Luísa Teixeira da Mota, que representa Rui Pinto, confirmou ao Expresso que entregou esta quinta-feira o requerimento para abertura de instrução, uma etapa que os arguidos podem solicitar para questionar os fundamentos de uma acusação e evitar ir a julgamento. A instrução do processo poderá levar quatro meses.

"Levantámos questões jurídicas que se prendem com o mandato de detenção europeu e questões que no nosso entender não permitem a acusação nos termos em que foi feita", explicou Luísa Teixeira da Mota.

Nos últimos meses os advogados de Rui Pinto contestaram a investigação do Ministério Público. Além de reclamarem o fim da prisão preventiva, os advogados requereram a nulidade das provas obtidas, apontando o facto de parte dos equipamentos informáticos que as autoridades húngaras apreenderam a Rui Pinto em Budapeste não terem sido devidamente selados, podendo ter havido manipulação de alguns discos externos. A defesa de Rui Pinto também acusou as autoridades de terem excedido os seus poderes ao confiscar ao arguido um diário que este estava a escrever na prisão. Esse confisco foi justificado pelo Ministério Público com a necessidade de verificar a caligrafia de Rui Pinto, para a comparar com um manuscrito apreendido em Budapeste. O caderno já foi entretanto devolvido a Rui Pinto.

No único interrogatório em que respondeu à Justiça portuguesa até agora, em maio deste ano, Rui Pinto garantiu não ter agido sozinho no Football Leaks. "É um coletivo de fontes, de whistleblowers [denunciantes], e não existiu intromissão não autorizada em sistemas informáticos, pelo menos minhas", declarou Rui Pinto, segundo revelou esta semana a revista "Sábado". No entanto, no acervo informático que lhe foi apreendido em Budapeste, as autoridades encontraram centenas de caixas de e-mails de clubes de futebol, advogados e outras entidades públicas e privadas.

EM PRISÃO PREVENTIVA DESDE MARÇO, RUI PINTO, QUE FAZ 31 ANOS ESTE DOMINGO, É ACUSADO DE UM TOTAL DE 147 CRIMES